

PRIMÓRDIOS DA COMUNICAÇÃO MIDIÁTICA NO RIO GRANDE DO SUL

Grupo de Pesquisa em História da Comunicação da Fabico/UFRGS

Aline Strelow, Ana Gruszynski, André Iribure Rodrigues, Andréa Brächer, Cida Golin, Karla Maria Müller, Maria Berenice da Costa Machado, Mariângela Machado Toaldo, Sandra Maria Lúcia Pereira Gonçalves (orgs.)

CORRESPONDENCIA

Sr. Redactor
Blancston, em seus Commentarios sobre as Leis da Inglaterra defing a liberdade da Imprensa se o não haver restricção de qualquer escripto, e não o ser exempto de castigo hum autor quando publica qualquer materia criminosa. Todo o homem livre, diz aquelle autor, tem o indubitavel direito de expor os sentimentos que elle quizer ao Publico; prohibir-lhe isto, he destruir a liberdade da Imprensa; porem se alguem publicar o que for improprio, maligno, ou illegal, he preciso que tom; as consequencias da sua temeridade. Si geitar a Imprensa ao poder restrictivo de outros, he sujeitar toda a liberdade de sentença ás preocupações de hum só homem, fazendo d'elle o Juiz arbitrario, e infallivel de todos os pontos de controversia em Sciencia, Religião, e Governo. Porem, castigar como fazem as Leis de Inglaterra quaesquer publicações perigosas, ou offensivas, de

Organização

Aline Strelow, Ana Gruszynski, André Iribure Rodrigues,
Andréa Brächer, Cida Golin, Karla Maria Müller, Maria
Berenice da Costa Machado, Mariângela Machado Toaldo
e Sandra Maria Lúcia Pereira Gonçalves

Primórdios da Comunicação Midiática no Rio Grande do Sul

Florianópolis

EDITORA  INSULAR

2021

Editora Insular

Primórdios da Comunicação Midiática no Rio Grande do Sul

Aline Strelow, Ana Gruszynski, André Iribure Rodrigues, Andréa Brächer, Cida Golin, Karla Maria Müller, Maria Berenice da Costa Machado, Mariângela Machado Toaldo e Sandra Maria Lúcia Pereira Gonçalves (org.)

CONSELHO EDITORIAL

Dilvo Ristoff, Eduardo Meditsch, Jali Meirinho, Jéferson Silveira Dantas, Nilson Cesar Fraga, Pablo Ornelas Rosa e Sergio Ferreira Mota

EDITOR

Nelson Rolim de Moura

REVISÃO

Carlos Neto

PROJETO GRÁFICO

Eduardo Cazon

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo, SP)

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Pedro Anizio Gomes CRB-8 8846

S915p Strelow, Aline (org.) et al.

Primórdios da Comunicação Midiática no Rio grande do Sul / Organizadores: Aline Strelow, Ana Gruszynski, André Iribure Rodrigues, Andréa Brächer, Cida Golin, Karla Maria Müller, Maria Berenice da Costa Machado, Mariângela Machado Toaldo e Sandra Maria Lúcia Pereira Gonçalves. – 1. ed. – Florianópolis, SC : Editora Insular, 2021. 328 p.; fotografias; E-Book: 16 Mb; PDF.

ISBN 978-85-524-0176-6

1. História da Comunicação. 2. Meios de Comunicação. 3. Processos Comunicacionais. 4. Rio Grande do Sul. I. Título. II. Assunto. III. Organizadores.

21-30246105

CDD 302.23:918.165

CDU 316.774(816.5)

ÍNDICE PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO

1. Mídias / Meios de comunicação; Rio Grande do Sul.
2. Mídia (Rio Grande do Sul).

STRELOW, Aline (org.) et al. **Primórdios da Comunicação Midiática no Rio Grande do Sul**. 1. ed. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2021. EBook (PDF; 16 Mb). ISBN 978-85-524-0176-6.

EDITORA INSULAR

(48) 3232-9591

editora@insular.com.br

facebook.com/EditoraInsular

twitter.com/EditoraInsular

www.insular.com.br

INSULAR LIVROS

(48) 3334-2729

Florianópolis/SC – CEP 88025-210

Rua Antonio Carlos Ferreira, 537

Bairro Agrônômica

insularlivros@gmail.com

CAPÍTULO 3

A campanha abolicionista na Província do Rio Grande do Sul: Política, contradições e silenciamentos no jornal *O Século*

Deivison M. C. de Campos (ULBRA)
Maria Berenice da C. Machado (UFRGS)

A superação do processo escravista foi um dos principais temas de debate da elite brasileira, estabelecido principalmente por políticos, intelectuais e jornalistas, na segunda metade do século XIX. A imprensa de características partidária e literária tornou-se o lócus onde essa discussão foi travada.

Em Porto Alegre, a criação do Centro Abolicionista no final de 1883, junto ao Parthenon Literário (Livro de Ouro, 1884), engaja jornais na campanha que leva à libertação de grande número de escravizados na Capital da Província. Uma das publicações a participar ativamente do processo é o jornal *O Século*, editado por Miguel de Castro Canto e Mello de Werna Bilstein (Miguel de Werna). Por suas características editoriais e ideológicas, a publicação fica relegada a pequenas notas, ou referências, na historiografia sobre o período.

O Século circula em Porto Alegre entre os anos de 1880 e 1893. A linha editorial desse periódico, ao mesmo tempo

em que apoia a monarquia, ataca com críticas e sátiras os republicanos e, principalmente, os liberais, posiciona-se contrária à escravidão, mantida pela monarquia que defende (Fig. 1). Com o advento da república, o editor cai no ostracismo, transfere-se para o Rio de Janeiro encerrando o ciclo do jornal.

Figura 1: *O Século*, capa da edição Nº 146, 14 de outubro de 1883.



Fonte: Acervo Musecom.

Na literatura, as poucas referências ao jornal *O Século* são de que se trata de um semanário ilustrado e satírico. No entanto, as perseguições sofridas por Miguel de Werna, exonerado¹ do cargo público que ocupava (Chaves, 2017),

1. No arquivo do jornal *A Federação*, a última medida de Miguel de Werna como Diretor de Estatística da Intendência Municipal data de

e o número expressivo de adversários políticos importantes, como Karl von Koseritz e Ramiro Barcelos, apontam o incômodo que a publicação causava. Idêntica situação observa-se em relação à campanha abolicionista, as edições do jornal contêm, além das informações sobre esta, críticas de todas as ordens, aos políticos que negociam o modelo de libertação a ser adotado, mediante ressarcimento ou não, ao escravismo e a abolicionistas com atuação em outras publicações.

Os registros historiográficos, a partir dessa imprensa liberal e republicana, e a memória construída sobre a campanha abolicionista, invisibilizam não só *O Século*, mas entidades formadas por negros e a participação destes no processo de libertação dos escravizados (Zubaran, 2009). Assim sendo, o movimento abolicionista na Província do Rio Grande do Sul ainda demanda de um melhor aprofundamento a partir de outras perspectivas que não a dos homens ligados à elite republicana da Capital.

Estudar um veículo dos primórdios da imprensa, que produz notícias a partir de uma contradição monarquista-abolicionista e, ao mesmo tempo, critica e denuncia outras narrativas da libertação, oferece novas possibilidades de análise. Desejamos com este capítulo colaborar com a história da mídia, da política e da própria sociedade gaúcha, pois os estudos que tivemos acesso referem a participação do

19 de julho de 1893. A publicação informa que no dia 29 de abril de 1894 ele partiu para o Rio de Janeiro. Sua exoneração por pressão dos republicanos ocorre neste período de tempo (<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=825409&pesq=>).

jornal, sem aprofundar, questionar ou articular a sua função com o movimento reformista.

O objetivo específico é apresentar o conteúdo do jornal *O Século* (notícias, colunas, notas, imagens e as suas respectivas legendas), identificar referências ao movimento abolicionista e as estratégias editoriais da publicação. O período observado compreende as edições de N° 6 (Ano 1, 16 de dezembro de 1880) a N° 220 (Ano 6, 9 de abril de 1885). Seguimos como método a Análise de Conteúdo (Bardin, 1977) para destacar elementos visuais e verbais – cenas, personagens e textos – das quatro páginas do periódico. A partir desses recortes desejamos refletir sobre a posição do semanário ao pautar o modelo de relações sociais e trabalhistas então vigentes. Os pressupostos teóricos têm como base a História da Mídia, da Sociedade e da Cultura; os conceitos norteadores são imprensa, notícia, propaganda, jornais partidários, escravismo, movimento político e abolição.

Importa ainda observar que o jornal *O Século* teve homônimos pelo Brasil. A busca no site da Biblioteca Nacional, setor Hemeroteca, identifica sete ocorrências de jornais com o mesmo nome, todos dos anos 1880, vinculados aos estados do Ceará, Pará, Amazonas, Rio de Janeiro (duas diferentes datas), Paraíba e Sergipe. Não há registro da publicação gaúcha objeto deste estudo.

Encontramos a coleção do jornal *O Século* no acervo do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (Musecom), no Centro Histórico de Porto Alegre, ainda que incompleta: são dois livros referentes aos anos 1880 a 1885, que é o recorte temporal desta análise. Os exemplares

foram examinados e fotografados em julho de 2019, fevereiro e dezembro de 2020, oportunidades em que notamos falhas nas edições, não só pela má conservação dos impressos, mas também em relação à descontinuidade dos exemplares². Agregamos ao corpus algumas edições reproduzidas na bibliografia consultada. Para a transcrição dos trechos do jornal optamos por conservar a grafia original.

Imprensa, Propaganda e Publicidade na Província do Rio Grande do Sul

Embora em 1631 já houvesse a *Gazette de Théophraste Renaudot*, com todas as características básicas de um jornal, Marcondes Filho (2000, p.10) entende o jornalismo, forma organizada para dar publicidade aos acontecimentos cotidianos, como filho legítimo da Revolução Francesa (1789-1799) e da conquista do direito à informação. Para o autor, o aparecimento do jornalismo está associado aos movimentos de luta pelos direitos humanos, destituição da aristocracia, fim das monarquias e de todo o sistema absolutista herdado na Idade Média, afirmação do espírito burguês, “desconstrução” do poder instituído em torno da Igreja e da Universidade.

No Brasil, ainda Império, é na segunda metade do século seguinte que começam os movimentos reformistas que colocam em xeque a monarquia e a escravidão. Dihl (2016, p. 173) considera que “a imprensa é tida como a grande responsável

2. Não tivemos acesso ao primeiro exemplar do jornal *O Século*, impresso em 11 de novembro de 1880, tampouco ao do encerramento da publicação, em fevereiro 1893; esta data vem de Damasceno Ferreira (1944).

pela difusão das ideias em favor do abolicionismo e, então, por transformá-lo num clamor nacional”.

A instalação da imprensa no Brasil ocorre após a chegada da Família Real Portuguesa, em 1808. Os porões dos seus navios trazem, também, os prelos. Vários títulos são criados pela então Colônia, e a vez da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul chega dezanove anos mais tarde, com a inauguração do *Diário de Porto Alegre*. Outros periódicos o “sucederam, com tanta afoiteza e bravura”, que até o final daquele século Porto Alegre conta quase com uma centena “de jornais de todos os gêneros e formatos – alguns diários, outros semanais e outros ainda que saiam apenas quando podiam” (Damasceno Ferreira, 1944, p.5).

Essa fase é considerada a “pré-história da imprensa sul-rio-grandense”, a que se estabelece a partir de 1827, com o decreto de Dom Pedro I extinguindo a censura. A quantidade de novos títulos tem, entre outras causas, relação com a “luta político-partidária que se desenrola na província”. Coincide com o término da Revolução Farroupilha (1835-1845), a organização de “uma imprensa partidária ou panfletária civil” na qual “os proprietários e editores de periódicos se alinham obrigatoriamente a algum dos partidos políticos existentes, já que, sem tal vínculo, era quase impossível a sobrevivência financeira” (Hohlfeldt, 2006, p. 1, 3 e 5).

Um dos estilos e recursos do jornalismo praticado na Província é a imprensa caricata³, que estreia em julho de 1867 com o jornal *A Sentinela do Sul*, editado durante dois

3. “A caricatura é a representação plástica ou gráfica de uma pessoa, tipo, ação ou ideia interpretada voluntariamente de forma distorcida sob

anos por Júlio Timóteo de Araújo e Manuel Felisberto Pereira da Silva. Sucede-o *O Charivari* (1877), dirigido por Miguel de Werna, e que não duraria mais que um ano, ainda que Werna multiplicasse as suas publicações dali em diante, destacando-se especialmente com *O Século*, entre 1880 e 1893 (Hohlfeldt, 2006, p.6).

O Século, desde as primeiras edições, estampa notícias e imagens pró-abolição, mantendo-se contrário e crítico aos que pedem a república. O semanário, com circulação prevista para as quintas-feiras, apresenta em sua trajetória a instabilidade periódica apontada por Damasceno Ferreira (1944). Ao examinarmos a coleção notamos: dois números, caso do N° 8 e N° 9, estampados na capa de uma mesma edição (Ano 2, 9 de janeiro de 1881); datas de capa que correspondem a domingos (por exemplo, Ano 3, N° 76, 21 de maio de 1882); intervalo de cinco dias entre as edições (caso dos Números 128 e 129, Ano 3, com datas 12 e 17 de junho de 1883, respectivamente) ou prazo maior entre uma e outra edição (21 dias entre as edições números 192 (7 de setembro de 1884) e a 194 (28 de setembro de 1884)⁴.

De acordo com os “Apontamentos” de Joaquim de Salles Torres Homem (1888), os anos iniciais de *O Século* coincidem com os da campanha pela extinção do escravismo. O autor informa ter proposto em 26 de abril de 1883 “pela primeira vez da tribuna a abolição imediata” na Província do

seu aspecto ridículo ou grotesco” (FONSECA, 1999, p. 17).

4. Entre esses dois exemplares haveria o de número 193, em falta na coleção.

Rio Grande do Sul. Torres Homem destaca as participações do *Jornal do Comércio* de Porto Alegre, de *A Reforma* e *O Mercantil*, este “mantinha uma caixa para libertar a dinheiro os escravos”, e que paralelamente o “Diretório do Partido Liberal organizava conferências públicas, no Teatro São Pedro, para tratar das reformas sociais”. Segundo o abolicionista, essas iniciativas vingam de maneira que no ano seguinte “a propaganda estava ativa na Capital” e sustentada por “quase todos os órgãos de imprensa”, além dos três já citados ele acrescenta *A Federação, O Século, Evolução e Athleta*: “As ideias, postas em circulação por essas folhas, penetraram o geral dos espíritos e constituíram o assunto dominante, que a todos preocupava” (Homem, 1888, p.4-7).

Thompson (1998, p.115) observa que “a palavra impressa sempre foi um meio de tornar público os fenômenos para indivíduos – público leitor – que não estavam fisicamente presentes às suas ocorrências”. Além de informar, o autor credita aos impressos e, mais especialmente aos jornais, funções persuasivas, ou seja, formadores de opinião na comunidade, servindo tanto “às proclamações oficiais do estado, como aos grupos de oposição, para salientar ações e eventos que de outra maneira passavam despercebidos”. É o caso da Porto Alegre do século XIX, na qual jornais como *O Século* levam (in)formações sobre os processos políticos e sociais. A abolição é tema constante.

Sobre as bases do jornalismo, Hudec (1980, p.36) destaca as ideológicas. Numa sociedade de classes o jornalismo tem sempre um caráter de classe e exprime os interesses dos diversos grupos políticos. É uma tribuna para os seus pontos de vista políticos e ideológicos e um dos mais importantes

canais de propaganda de massas, participando efetivamente nas atividades sociais. Umberto Eco (2001) vê igualmente o jornalismo como um “instrumento de poder”, originado pelos discursos que produz e torna visíveis no campo sociopolítico. Para este autor, os jornais são “administrados por partidos ou grupos econômicos que usam uma linguagem voluntariamente crítica, pois sua verdadeira função não é dar notícias aos cidadãos, mas enviar mensagens cifradas a um outro grupo de poder passando por cima da cabeça dos leitores” (Eco, 2001, p.58). Neste sentido a observação de Damasceno Ferreira (1944, p. 19) em relação ao semanário *O Século*, o tema abolição serve também para a guerra que Miguel de Werna trava com a concorrência e com os partidos políticos.

Sodré (1983) estuda a história da imprensa no Brasil e dá destaque aos movimentos sociais e políticos da segunda metade do século XIX:

A agitação, que revelava o aprofundamento das contradições da sociedade brasileira, despertou o interesse pelas reformas, que começaram a ser propostas e discutidas, cada vez com mais veemência, pontilhadas pelas questões que iam surgindo, conduzidas ou resolvidas em clima de crescente turbulência: a questão servil, com as lutas em torno de algumas reformas de que dependia o seu andamento, a da liberdade do ventre, a da liberdade dos sexagenários, a Abolição finalmente (Sodré, 1983, p. 223).

O historiador considera que o período coincide com a “abertura, realmente, da segunda fase destacada e fecunda da história da imprensa brasileira – a primeira fora da Regência”, observa também que a emancipação dos cativos

não era a única questão que pulsava na sociedade, havia outras de cunho religioso, eleitoral, federativa, militar, do próprio regime,

como coroamento do processo de mudança institucional. Questões e reformas refletiam-se na imprensa, naturalmente, e esta ampliava a sua influência, ganhava nova fisionomia, progredia tecnicamente, generalizava seus efeitos – espelhava o quadro que o país apresentava (Sodré, 1983, p. 223).

O cenário no Rio Grande do Sul (RS) coincide com o do restante do Brasil, há uma proliferação de jornais, “a maioria de oposição, de combate, lutando pelas reformas de que o país carecia, particularmente a federativa, a do trabalho, a do regime”. Sobre as práticas da imprensa durante aquele que seria o fim Império, o mesmo pesquisador ressalta “o que mais se fazia, naquela fase, era precisamente discutir, pôr em dúvida, analisar, combater”, e elenca os tipos de combate,

a pretensa sacralidade das instituições: da escravidão, da monarquia, do latifúndio. E a imprensa tinha, realmente, em suas fileiras, grandes combatentes, figuras exemplares, como homens de jornal e como homens de inteligência ou de cultura. (Sodré, 1983, p. 229 e 233).

Mais adiante Sodré tece considerações sobre a linha editorial praticada pelos jornais no período, “(...) era a linha historicamente necessária, aquela que se conjugava com o avanço do país, que estava em consonância com os seus mais altos interesses, os interesses populares, e se desenvolvia no nível que as possibilidades permitiam”. Seus objetivos, segundo o historiador, seriam “(...) liquidar

o escravismo, inteiramente obsoleto, obstáculo ao desenvolvimento material e cultural do país, e de destruir a monarquia, que era a sua roupagem institucional” (Sodré, 1983, p. 234).

Ao revisarmos a obra clássica sobre a História da Imprensa no Brasil, notamos que Sodré não menciona o jornal objeto deste estudo. Entendemos que a posição editorial de *O Século*, e lógico também a do editor Miguel de Werna, divergem da conclusão do historiador ao afirmar que “A imprensa era, por isso, abolicionista e republicana, pelos seus melhores jornais, pelos seus melhores jornalistas” (Sodré, 1983, p. 234). Encontramos parte da problematização que norteia esta reflexão: *O Século* (Fig. 2) defende a abolição e a continuidade da monarquia.

Figura 2: *O Século*, capa da edição N° 205, 14 de dezembro de 1884.



Fonte: Acervo Musecom.

A campanha abolicionista na “cidade dos alemães”

A partir dos anos 1850, começam a pulsar no Brasil Império ares reformistas nos planos políticos e sociais. O fim do escravismo é questão central e as suas razões são, entre outras, de cunho religioso, ao pregar a igualdade entre homens, e filosóficas, colocando a liberdade como um direito humano. Joaquim Nabuco, na obra “O Abolicionismo”, escrita em 1883, defende a abolição como “forma de pensar a nação” e a liberdade dos sujeitos como uma questão pública. O processo para a emancipação dos cativos segue paralelo às discussões sobre a forma de governo; em oposição ao Partido Conservador (no poder na Província do Rio Grande do Sul) estão os liberais, que mais tarde fundam o Partido Republicano, alcançando êxito e proclamando a República em 1889.

O fim da Revolução Farroupilha desencadeia uma série de investimentos e melhorias, levando ao desenvolvimento de Porto Alegre, até então concentrada na parte alta de uma colina. Essa expansão acontece no sentido das estradas do povoamento, originando diferentes arraiais (Monteiro, 1995). Da mesma forma, são adotadas iniciativas a fim de modernizar o espaço urbano central.

Durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), o governo imperial incrementa os investimentos em infraestrutura e, principalmente, na área naval, pois a cidade gaúcha é a mais próxima da área de conflito. Ao final da Guerra, o próprio imperador Dom Pedro II visita a Capital da Província do Rio Grande do Sul, a caminho de Uruguaiana, onde recebe a rendição dos paraguaios.

Na cidade, como observa Dihl, durante a década 1870, “havia uma grande movimentação em torno da questão do elemento servil”. Sobre o tema escravidão, a autora aponta discussões em torno das “alternativas possíveis para a sua manutenção ou término – ou os mecanismos de controle que seriam implementados”, sendo “pautas constantes na imprensa e no cenário político porto-alegrense. Inúmeras associações e sociedades passaram a ser fundadas tendo como finalidade a libertação dos cativos” (Dihl, 2016, p.173).

A grande presença de alemães em Porto Alegre, enriquecidos pelo desenvolvimento a partir da região de São Leopoldo, e a concessão da cidadania em 1846 (Flores, 1987), leva Singer, segundo Monteiro (1995), a classificar o período entre 1850 e 1920 como o da “cidade dos alemães”. Na Rua da Praia, descrita pelo viajante Wilhelm Breitenbach, encontram-se “grandes magazines do vestuário e diversas alfaiatarias alemãs, chapelarias de alemães, duas livrarias brasileiras e duas alemãs, que também possuem tipografias, diversos hotéis [...]” (apud Noal Filho; Franco, 2004, p.183). Muitas das oficinas surgidas nos caminhos das colônias transformam-se em indústrias, inserindo os alemães na elite da cidade.

Os primeiros colonos alemães chegam ao Rio Grande do Sul em julho de 1824, iniciando a substituição da mão de obra escrava por trabalhadores especializados e assalariados. São 38 imigrantes de um grupo com 841 pessoas, cuja maioria ficara no Rio de Janeiro para engajar-se no exército e assim proteger e garantir o poder ao Imperador. A antiga Real Fitoria do Linho-cânhamo, preparada para receber os colonos com lotes de 77 hectares, foi rebatizada

para Colônia de São Leopoldo em referência ao “onomástico de nossa primeira imperatriz” (Flores, 1996, p.84).

Com a chegada de novos colonos e a descendência dos primeiros imigrantes, muitos dos que não se adaptam às atividades agrícolas fixam-se em núcleos urbanos que surgem em torno da sede do município, ou nos povoados ao longo dos caminhos, dando início a um conjunto de indústrias familiares. Cinco anos após a chegada das primeiras famílias, já havia em pleno funcionamento oito moinhos, uma fábrica de azeite, uma fábrica de sabão e oito pequenos curtumes na colônia (Flores, 1996).

São implantadas colônias também em São Pedro de Alcântara (próximo a Torres), Três Forquilhas, Santa Cruz e São Lourenço, iniciadas por Jacob Rheingantz, que cria anos depois a primeira indústria têxtil do estado na cidade de Rio Grande. Em São Leopoldo, entre os anos de 1824 e 1845, em torno de 60% dos homens são artesãos das áreas de metalúrgica, produção têxtil e comércio; geram empresas e indústrias com os sobrenomes das famílias: Adams, Arnt, Dreher, Gerdau, Mentz, Oderich, Renner, Ritter entre outros (Arendt;Witt; Weimer, 2013).

Entre os líderes das colônias germânicas destaca-se Karl von Koseritz, defensor do teuto-brasileirismo, ou seja, a integração dos imigrantes e descendentes na sociedade brasileira. Essa posição não era a única entre os teutos. Havia os que defendiam a não integração e a continuidade de relações com o Império Alemão (Oliveira, 2008).

Koseritz utiliza-se de jornais e *kalenders*, gênero de imprensa mais cultivado no mundo colonial gaúcho, escritos em alemão, para a formação dos cidadãos

germânicos e como instrumento político. O *Koseritz' deutscher Volkskalender für Brasilien* funciona entre os anos 1874 e 1918, sendo retomado em 1921 até 1938. A atuação de Koseritz é tão proeminente na imprensa política em língua alemã que o período entre 1864 e 1890 é denominado “Era Koseritz” (Carneiro, 1959). Além deste, são conhecidos outros dezessete jornais publicados em língua alemã na segunda metade do século XIX na Província do Rio Grande do Sul (Oliveira, 2008).

No entanto, esses colonos não são os primeiros alemães no Brasil; com a Família Real, em 1808, chegam também famílias germânicas que viviam na Corte Portuguesa, entre estas a de Ernesto Frederico de Werna Bilstei, pai de Miguel de Werna (Weimer, 2006).

Ernesto Bilstei é transferido da sede da corte, no Rio de Janeiro, para Porto Alegre, nomeado como veador⁵. O alemão elege-se deputado distrital em 1846, para a segunda legislatura da Assembleia Provincial, sendo o primeiro germânico a ocupar um cargo eletivo. Contudo, ele não estabelece relações com os colonos da Província. Em 1854, ainda como veador, recebe a medalha da Divisão Cooperadora da Boa Ordem. Dez anos mais tarde, consta em documento da Corte, na lista de Oficiais da Armada reformados, na patente de Capitão de Mar e Terra (Haring, 1864).

5. Título honorífico em Portugal e no Brasil dado ao oficial-mor da casa real que servia junto ao rei, ou imperador, no paço ou fora dele, escolhido entre membros da nobreza. Além de veador, Werna pai era engenheiro e foi eleito por diversas legislaturas deputado provincial. Também era cavaleiro da Ordem de Cristo (MASSON, 1860; DICIO, 2009-2020).

Em Porto Alegre, Ernesto Bilstei casa-se com Maria do Carmo de Castro Canto e Melo, filha do Brigadeiro João de Castro e Canto e Melo, 2º Visconde de Castro, irmão de Domitila de Castro Canto e Melo, a Marquesa de Santos (Duarte, 2001). Essas relações apontam a origem aristocrática de Miguel de Werna, o que explica a sua posição de monarquista extremado e, ao mesmo tempo, a disputa política com Koseritz, um representante das colônias, liberal, teuto-brasilianista e escravista.

No contexto do embate político-ideológico estão também os antigos colonos alemães, responsáveis pelas principais empresas e indústrias, a maioria instada na Capital, junto ao Caminho Novo – atual Rua Voluntários da Pátria – com trapiches próprios no Rio Guaíba, sendo responsáveis por 90% das exportações de produtos manufaturados do estado nas décadas de 80 e 90 do século XIX (Flores, 1987). A “influência estava presente no estilo arquitetônico dos prédios, estabelecimentos comerciais, novas empresas e sociedades fundadas” (Monteiro, 1995, p.33).

Os teutos são os responsáveis pela navegação no Guaíba, pela atividade de caixeiro-viajante, além da criação de entidades associativas, educacionais e esportivas. Em 1858, por exemplo, eles criam um fundo de auxílio para imigrantes e descendentes que está na origem do Hospital Moinhos de Vento (Flores, 1987). Esses estabelecimentos resultam do enriquecimento de famílias, formando parte da elite do estado e, ao mesmo tempo, intelectuais envolvidos com o processo abolicionista, seja através da imprensa, ou pela atuação direta na campanha pela Abolição, principalmente a realizada no ano de 1884 pelo Centro Abolicionista do Parthenon Literário.

O Parthenon Literário, fundado em Porto Alegre, em 1868, por escritores e intelectuais, a maioria deles atuando como jornalistas a fim de estimular a produção literária na Província, tem a liderança de Apolinário Porto Alegre, Caldre e Fião e Aurélio Bitencourt. A entidade, portanto, tem entre os seus articuladores um preto, Bitencourt, que ocuparia o cargo de chefe de gabinete de Júlio de Castilhos e de Borges de Medeiros (Moreira, 2014). A associação recebeu diversos outros sócios negros, como Arthur Rocha, sendo a primeira sociedade literária a aceitar mulheres. Sua sócia nº 1 foi Luciana de Abreu. Para Maria Eunice Moreira,

O Parthenon não foi uma sociedade meramente literária, mas de ordem cultural e com viés político. A maioria dos Parthenonistas tinha dois ideais. Eles defendiam sobretudo a República, sendo contrários à Monarquia vigente, e eram abolicionistas (in Sperb, 2018).

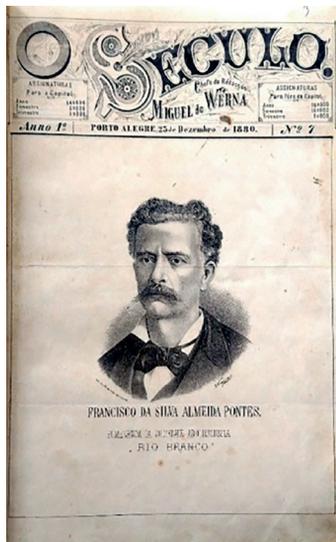
O Parthenon Literário inicia a sua campanha abolicionista em 1869, libertando principalmente crianças escravas. O teatro foi a primeira arte utilizada para a libertação de fato. Em 19 de setembro de 1869, no Teatro São Pedro,

Quando a cortina foi levantada, a plateia viu a personagem Liberdade visitando o Brasil. Na peça, ela encontra um *escravo*, “coberto de andrajos e cicatrizes recentes, entregue à lida diurna”. A Liberdade, então, “invoca o auxílio do céu”. Um anjo mensageiro responde o chamado e devolve o escravo à Liberdade. Além disso, ele também ordena a *libertação* das crianças escravizadas. No palco, então, surgem 21 crianças. Nenhuma delas é aspirante a ator mirim. Todas são negras e filhas de escravas. Elas recebem cartas legítimas de alforria (Sperb, 2018).

Nas duas décadas seguintes, os sócios do Parthenon produzem peças teatrais, conferências, contos, novelas, poesias e romances com ideias abolicionistas e republicanas. Quando da criação do Centro Abolicionista, o Parthenon Literário conta com aproximadamente 150 sócios, muitos deles envolvidos na seção Abolicionista da associação (Garcia, 2016). Vem dessa seção a proposta da criação de um Centro Abolicionista em Porto Alegre, feita pelo historiador Joaquim de Salles Torres Homem, então presidente da associação, junto com o jornalista Júlio César Leal, ambos articulistas são contrários à propaganda escravista em jornais, e através do *Jornal do Comércio* incrementam o processo de libertação de escravizados (Livro de Ouro, 1884).

A operacionalização dos movimentos abolicionistas na Província do Rio Grande do Sul desenvolve-se por meio dessas sociedades e comissões emancipadoras muitas delas estampadas nas capas dos jornais identificados com a causa. *O Século* (Fig. 3) homenageia o fundador da Sociedade Emancipadora Visconde de Rio Branco, que um ano mais tarde seria composta pelos alunos da Escola Normal. Outras iniciativas são a Seção Abolicionista do Parthenon Literário (1883), a Sociedade Emancipadora Esperança e Caridade (1883), “constituída pelos próprios escravos e alguns libertos”, a Libertadora Mercantil (1883) e o Centro Abolicionista de Porto Alegre (1883); todos atuavam promovendo “festas para concessão de cartas de alforria compradas” (Homem, 1888, p.6; Zubaran, 2009, p.6).

Figura 3: O Século, capa da edição N° 7, 25 de dezembro de 1880.



Fonte: Acervo Musecom.

O Centro Abolicionista é criado em 28 de setembro de 1883 durante uma sessão pública do Parthenon Literário, convocada pelo jornal. O coronel Joaquim Pedro Salgado⁶, principal chefe do Partido Liberal, é aclamado como presidente da nova entidade, declarando logo após os aplausos a libertação de todos os seus escravizados⁷. Essa nomeação aponta a tendência liberal

6. “Foi um dos chefes de mais prestígio do Partido Liberal (...) Durante anos foi eleito deputado á assembléa provincial e á câmara dos representantes da nação” (PORTO-ALEGRE, 1917, p.165, grafia do período). Tomou parte da Revolução Federalista, tendo que se asilar no Uruguai e depois mudar-se para o Rio de Janeiro. O coronel é pai do político Salgado Filho, importante articulador dos dois períodos de governo de Vargas e que hoje dá nome ao aeroporto de Porto Alegre.
7. Essa passagem relatada no Livro de Ouro (1884) abre espaços para

do Parthenon Literário e também para o modelo de abolição defendido pelo grupo e, por extensão, pelo Centro Abolicionista. Na mesma data em que ocorre o ato solene de criação deste Centro no Teatro São Pedro, a Sociedade Emancipadora Esperança e Caridade distribui “diversas cartas de liberdade; continuando desde esse tempo modestamente, mas, com constância inalterável, devotada ao sagrado empenho de libertar seus associados do monstruoso cativeiro social”⁸ (Livro de Ouro, 1884). Depois da instalação do Centro, o militar e historiador Torres Homem é nomeado primeiro secretário e Júlio César Leal, segundo secretário.

O contexto de crise política possibilita o avanço de legislações abolicionistas no Ceará e no Amazonas, levando ao aprofundamento da campanha em diversas outras Províncias, principalmente no Rio Grande do Sul. Com isso, o governo imperial dissolve a Câmara dos Representantes da Nação, de maioria escravocrata, em julho de 1884, a fim de avançar nas políticas ligadas ao regime servil como forma de atender o clamor público (Livro de Ouro, 1884). Frente aos acontecimentos, o Centro Abolicionista incrementa as suas ações e lança

desdobramentos, pois o coronel aclamado para liderar a cruzada abolicionista, mantinha escravizados no momento da aclamação. Os liberais também defendiam a abolição mediante indenização, ou acordo de prestação de serviços pelo liberto por até mais cinco anos.

8. Há espaço para aprofundamento em futuras pesquisas sobre as entidades negras de libertação e como estas negociavam e se relacionavam com as entidades brancas. A Sociedade Emancipadora Esperança e Caridade, por exemplo, era constituída principalmente por escravizados e libertos, razão da referência para “libertar seus associados”. Observa-se que esta manteve relação de primeira hora com o Centro Abolicionista.

a “Semana Abolicionista”, organiza comissões nos três distritos e na Freguesia de Belém, em Porto Alegre e, ainda, nos três distritos de Pedras Brancas, realizando ações corpo a corpo. A associação destaca o dia 13 de agosto como determinante na campanha, com ações conjuntas em todas as áreas da cidade, com o apoio de outras associações, como a Sociedade Barão do Rio Branco e a própria direção do Centro Abolicionista. A Câmara de Vereadores, a quem é dedicado o Livro de Ouro do Centro Abolicionista (Livro de Ouro, 1884), declara em sessão oficial a extinção da escravidão em Porto Alegre no dia 7 de Setembro de 1884⁹, em seguida, troca o nome do campo da Várzea para Campo da Redenção. A ação repercute em outros municípios, como São João do Montenegro que o faz igualmente neste dia (Livro de Ouro, 1884).

O relato sobre a campanha abolicionista promovida pelo Centro Abolicionista é redigido por Joaquim de Salles Torres Homem no Livro de Ouro, dedicado à Câmara de Vereadores. O texto lista pessoas, entidades e poderes que participam da campanha. Nas 16 páginas, há diversas referências aos jornais *O Mercantil*, *Jornal do Comércio*, *A Reforma* e *A Federação*, com os seus diferentes articulistas, valorizando a participação da imprensa no processo de abolição. Também aponta o envolvimento de jornais menores e efêmeros, como *A Evolução*, *A Lente*, *O Athleta* e *A Convocação*.

9. Sabe-se, no entanto, que na prática muitos escravizados mantiveram essa condição e outros, em troca da libertação, firmaram contrato de trabalhos análogos. Da mesma forma, não houve nenhum debate sobre a inserção dos libertos na sociedade porto-alegrense, levando ao processo de periferização e marginalização das populações negras.

O livro faz elogio à imprensa, principalmente a Karl von Koseritz, “publicista de renome no Brasil e na Europa, predizia pelas columnas da Reforma a colheita de temas que deverão juncar a estrada seguida pelos abolicionistas Rio Grandenses”. Em outro trecho a única referência ao jornal *O Século*, “semanário ilustrado, convertia o brilho do espírito em que é redigido no viço e fragrância das flores de linguagem com que entretecia uma grinalda para a cidade de Porto Alegre”. Miguel de Werna, entretanto, não é citado, como monarquista tinha como um de seus principais alvos os liberais e desafeto pessoal com Koseritz (Livro de Ouro, 1884, p.10).

Joaquim Homem registra ainda em “Apontamentos” (1888) que o escritor Karl von Koseritz, em coluna no jornal *A Reforma*, predisse que até a festa marcada para o dia 7 de setembro haveria mil cartas de liberdade; o abolicionista observa que o “número foi superado” e que no dia da festa, uma sessão extraordinária da Câmara Municipal proclama “livre de escravos o município de Porto Alegre”. Na sequência, realiza-se a “*kermesse* abolicionista” (Fig. 4), divulgada pela imprensa e para a qual as comissões muito trabalham no sentido de arrecadar donativos e bens para custear as cartas de alforria (Homem, 1888, p. 7,8 e 10).

Figura 4: Quermesse abolicionista



Fonte: Zubaram, 2009, p. 14.

O texto do Livro de Ouro (1884), repassado à Câmara de Vereadores, bem como os “Apontamentos para uma história do Movimento Abolicionista na Província do Rio Grande do Sul” (1888), ambos produzidos por Torres Homem, servem de referência para a construção da história abolicionista no Rio Grande do Sul, enfatizando as sociedades da elite letrada, principalmente o Parthenon Literário, o Centro Abolicionista e a imprensa republicana, silenciando não só a organização negra pela liberdade, como também o monarquista e polemista Miguel de Werla, reforçando a proposição de Zubaran (2009, p. 1) sobre “A invenção branca da liberdade negra”.

Esta posição encontra as análises de Ramos (2013, p. 12), “nos textos publicados no jornal *A Reforma* não há referência à participação de escravos ou libertos nesse movimento em Porto Alegre ou em quaisquer outras localidades do Império”. A pesquisadora traz também as considerações de Margareth Bakos sobre a “abolição antecipada” na Província do Rio Grande do Sul, em 1884: “muito mais do que uma preocupação real com as condições dos escravizados” serve para alimentar os debates na arena política, auxiliando no confronto entre as diferentes posições que os sujeitos ocupam naquela cena e que seria “uma farsa, pois a maioria das alforrias naquele evento foi concedida com cláusulas de prestação de serviços” (Bakos apud Ramos, 2013, p. 14).

Jornais, jornalistas e colonistas, portanto, estão no centro do debate público sobre o processo de abolição e sobre o modelo de libertação a ser adotado. Os federalistas, que num primeiro momento defendem a libertação irrestrita e

imediate, aderem por consenso ao projeto de liberdade com ressarcimento financeiro, ou por continuidade do trabalho proposto pelos liberais. Esta será uma das questões centrais na disputa travada no jornal *O Século* contra os diferentes grupos republicanos, o que faz com que Miguel de Werna seja pouco referido na historiografia abolicionista.

O jornal *O Século*

A segunda metade do século XIX é de “fecundidade respeitável!” para a imprensa Rio-Grandense. Um expoente nesse período é o jornal *O Século*, fundado em 11 de novembro de 1880 e com circulação até fevereiro de 1893, no formato 43 por 30, com quatro páginas, impressas “em ótimo papel de Holanda na tipografia do diário local *Deutsche Zeitung*”. O semanário saía às quintas-feiras, entretanto, em alguns períodos registram-se interrupções por questões industriais e logísticas. O diretor-proprietário e redator é Miguel de Castro e Mello de Werna e Bilstein, ex-chefe de redação de *A Atualidade* (1867), “jornal crítico, literário e noticioso”, vice-presidente do Parthenon Literário, em 1869, a principal agremiação cultural da Província, e um dos dirigentes do semanário *O Charivari* (1877-78) (Dillenburg, s/d, p. 57; Damasceno Ferreira, 1944, p. 6 e 29; Damasceno Ferreira, 1962, p. 91, 94, 130).

Considerando que a palavra escrita tem, desde a sua origem, uma “função propagandística” dada a característica do texto escrito para fixar ideias e legendas, poder ser reproduzido muitas vezes e com autoridade persuasiva maior que a da palavra falada (Quintero, 1993, p.31), reconhecemos o potencial de *O Século* para a “função propagandística” apesar

de, diferentemente de outros títulos daquele período¹⁰, não ser considerado órgão de propaganda de um partido político. Essa condição não retira o caráter ideológico, publicitário e propagandístico dos conteúdos impressos nas páginas de *O Século*, pois como propõe Medina (1988, p.119120) um jornal “sempre deixa transparecer a posição opinativa” do proprietário.

O Século defende as posições políticas do seu editor, marcadas por críticas direcionadas à classe política, principalmente aos liberais, ao clero e a indivíduos da elite da Capital. Atendendo à sua origem aristocrática, Werna, descendente de nobres pelas famílias paterna e materna, é um monarquista extremado. Isso lhe produz inimizades, como Karl von Koseritz e Ramiro Barcelos, e ainda agressões como num inquérito em que o pardo Inocêncio João Ferreira, cozinheiro do tenente-coronel José Semião de Oliveira, foi acusado de “ferimentos e outras ofensas físicas” no dia 26 de dezembro de 1878 (Pessi; Silva, 2010, p. 137).

Os historiadores gaúchos consideram o jornal como o “mais completo semanário crítico, humorístico e ilustrado” daquele período, mesmo que frequentemente tenha exagerado na linguagem, a ponto de cair ao “baixo calão”, empregando adjetivos indicadores de “ódio crescente e irracional”. Parte da sua força advém da tiragem de 1.400 ou 1.500

10. Um dos periódicos identificados com a causa abolicionista foi *A Reforma*, fundado em 1869, em Porto Alegre, como órgão de propaganda do Partido Liberal no Rio Grande do Sul, anunciado como “jornal político, noticioso e comercial”, estudado por RAMOS (2013, p. 1).

exemplares¹¹. Para contextualizar sobre o provável público leitor daquele período, buscamos o Recenseamento da População do Império do Brasil, realizado em 1872: Porto Alegre contava com uma população de 43.998 habitantes (Atlas, 2019). Informação extraída de Hohlfeldt (2006, p. 8, nota de rodapé): “Quando da proclamação da república, em 1889, o Rio Grande do Sul possui 72% de analfabetos nas cidades, e na campanha chega a 90%”. Mesmo que Damasceno Ferreira tenha se equivocado ao indicar 12000 exemplares como a tiragem de *O Século*, o erro de digitação não nos parece invalidar a observação sobre a circulação do jornal: “realmente astronômica para Porto Alegre daquele tempo” (Dillenburg, s/d, p. 57; Damasceno Ferreira, 1944, p.6 e 29).

O Século marca “época na Província” com as suas polêmicas, apresentando algumas características do que Dillenburg (s/d, p. 57) classifica como “imprensa marrom”: jornais com “linguagem chula e destemperada, visando apenas atacar os adversários”. O periódico de Werna recorre ao humor para exceder-se “com muita frequência em indiscrições reprováveis e motejos felpudos” (Damasceno Ferreira, 1944, p. 19). No entanto, tem uma ação importante durante a campanha abolicionista, sendo homenageado pela população, pelos centros abolicionistas e também pela Câmara de Vereadores.

O front das batalhas promovidas pelo *O Século* não fica restrito às palavras. As ilustrações, que aparecem antes no

11. Os números correspondem, respectivamente, ao que está estampado na capa da edição Nº 31, do dia 3 de julho de 1881, e no miolo das edições Nº 32 e 33, dos dias 10 e 17 de julho de 1881.

jornal *Sentinela do Sul* (1867 a 1869) pelo traço elegante, criativo e revelador do talento de Inácio Weingartner, são poderosas ferramentas discursivas e estéticas também para Werna, que com litografia de boa qualidade¹² aborda com humor e crítica os fatos do momento e, sobretudo, ataca as autoridades e a concorrência (Dillenburg, s/d, p. 57). Além de Inácio Weingartner, assinam desenhos nas edições de *O Século* Antônio Eduardo de Araújo Guerra (Araújo Guerra ou A. Guerra) e J. Samarach.

Provavelmente, Miguel de Werna descrito como “um demônio em tamanho natural”, com aparência “graúdo e bonito” usando “roupas justas e gravatas espalhafatosas, e passeava, arrogante, a sua proa de moço aristocrata pelas ruas ensolaradas do burgo”, tenha se valido do jornal para extravasar a sua personalidade “provocadora”. Para marcar a sua origem aristocrática, exhibe em solenidades públicas e procissões um “espadim na cintura”, fomentando ainda mais os seus desacatos, as inúmeras rusgas e os desafetos (Damaseno Ferreira, 1944, p. 29 e 30; Dillenburg, s/d, p. 58).

Como “monarquista ferrenho”, Miguel de Werna, cujo apelido é “Urso Fidalgo”, ataca os republicanos com “violentos artigos” e imagens impressas (Fig. 5) nas páginas de *O Século*.

12. Se os apelos formais – visuais e linguísticos – de uma matéria jornalística equiparam-se à “embalagem no produto publicitário” (MEDINA, 1988, p.118), o conteúdo da capa e contracapa podem ser considerados como a embalagem do produto jornal, portanto os com mais visibilidade. Observamos na coleção examinada que nem todas as edições têm ilustrações na capa; algumas poucas trazem ilustração na contracapa e raras no miolo.

Figuras 5: O Século, capa da edição Nº 37, 14 de agosto de 1881.



Fonte: Acervo Musecom.

Um dos ataques seria revide a Ramiro Barcelos, que alugara o urso de um circo local para desfilar pelas principais ruas da cidade. A caricatura viva de Miguel de Werna “ostentava chapéu armado, gravatão rubro ao pescoço e espada a cinta” (Dillenburg, s/d, p. 58; Damasceno Ferreira, 1944, p. 31; Damasceno Ferreira, 1962, p. 113).

Naquele período, “quase todos os jornais porto-alegrenses eram políticos. Políticos e de combate” como observa Damasceno Ferreira (1944, p. 6). Entretanto, essa não seria a pretensão de Werna de acordo com a nota de apresentação da primeira edição: “Não tem *O Século* um programa definido. Tratará de todos os assuntos com imparcialidade e critério proporcionando a seus favorecedores uma leitura variada e útil, circunscrita aos limites da boa moral.” No

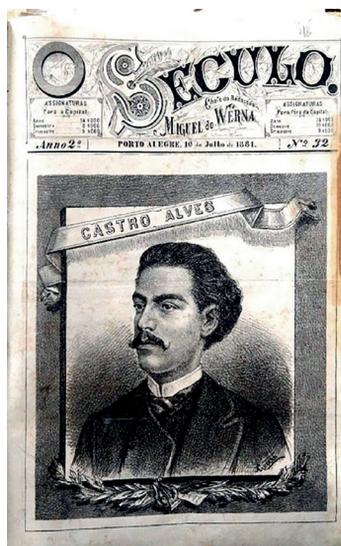
mesmo texto o editor faz a sua profissão de fé e adiante fornece mais alguns esclarecimentos:

Escrupulosos na observância dos princípios da moralidade, temos na crítica – um dos principais assuntos de nosso periódico – como única divisa: (...) promover o riso sem ofensa dos bons costumes, acatando o santuário da vida privada (...)” (Damasceno Ferreira, 1962, p. 95).

Entretanto, Damasceno Ferreira (1962, p. 97e 98) observa que em seis meses o jornal quebraria o protocolo inicial, passando “(...) a revelar os fins que tinha em mira (...) e, em breve, fará estrepitar nos quatro cantos da cidade toda sorte de engenhos de seu conceituado arsenal de explosivos (...)”. Miguel de Werna também exerce uma função pública, mas “é posto para fora da Câmara de Vereadores”, comandada pelo Partido Liberal. Um pouco depois, não conseguindo mais imprimir *O Século* nas oficinas do *Deustsche Zeitung*, e sem estar preparado, tem que montar tipografia própria, o que o faz suspender por alguns dias a publicação.

A partir do número 32 (Fig. 6), o jornal reaparece “inteiramente mudado”, com “maior conteúdo e brilho”, ganhando “o caráter de típica publicação caricata”, com retratos “de esmerada e segura execução”, assinadas pelo artista e caricaturista profissional Araújo Guerra. Esse período é “das críticas mais contundentes”, uma vez que Werna não tinha mais compromissos com a antiga casa impressora, ou seja, com “empresas estranhas” (Damasceno Ferreira, 1962, p. 99-102).

Figuras 6: *O Século*, capa da edição Nº 32, 10 de julho de 1881.



Fonte: Acervo Musecom.

A parceria Guerra-Werna estende-se por pouco mais de dois anos¹³, “fase mais expressiva de *O Século*”, que se torna o jornal de “maior tiragem e circulação da Província”. Ao público “cada vez mais interessado”, o jornal oferece “a mais sortida e adubada penca de novidades (...) mexericos mundanos, os irreverentes motejos contra o clero e as cascadeantes sátiras políticas de ácida composição”. Nem figuras públicas de prestígio, como Karl von Koseritz (Fig.

13. *O Século* provou o fel de Araújo Guerra quando este deixou o jornal após desentender-se com o proprietário; nas folhas de *A Lente* (1883 a 1886) o antigo parceiro-deseñhista refere-se ao jornal como um “pasquim” e a Werna como “Zé das Neves, Canalha, cachaceiro...” (DILLENBURG, s/d, p. 57-58; DAMASCENO FERREIRA, 1944, p. 27-28).

7), foram poupadas das críticas impressas no jornal (Damasceno Ferreira, 1962, p. 99-104).

Figuras 7: *O Século*, capa da edição Nº 66, 05 de março de 1882.



Fonte: Acervo Musecom.

O Século, como nenhum outro jornal daquele ciclo, alcança os tão desejados “aplausos, a extração e a popularidade”, mas também ódios, “muitos ódios” (Damasceno Ferreira, 1944, p. 29). Miguel de Werna lida com esses ódios fazendo graça: no próprio jornal informa, certa vez, estar recebendo ameaças de morte; passa então a publicar na folha as suas longas “disposições de última vontade”. Provavelmente, esses episódios tenham sido mais uma das suas galhofas, uma vez que tanto o diretor quanto *O Século* seguem na ativa por um bom período. Coincide com o período de J. Samaranch, terceiro e último ilustrador fixo, nas charges

mais violentas ele oculta a sua rubrica. Independente do desenhista, de onde, como e quando é impresso e distribuído, *O Século* segue com “seu primitivo e rude timbre crítico e satírico” (Damasceno Ferreira, 1962, p. 108 – 117).

Em relação aos propósitos que moviam o jornal de Werna, o historiador da imprensa gaúcha destaca a causa abolicionista

Não se dirá que ao periódico faltassem invariavelmente os bons propósitos nem que certos sentimentos generosos deixassem de inspirá-lo aqui ou ali. A *causa abolicionista* [grifo nosso], por exemplo, teria nele um dos seus mais pugnazes propagandistas e, se é exato que na esfera mundana e na órbita política, seu comportamento era dos mais imprudentes, seria injusto negar-lhe a diligência com que procurava policiar os costumes locais e, sobretudo, a coragem com que denunciava a incúria, as omissões ou os desmandos do Poder (Damasceno Ferreira, 1962, p. 118).

J. Samaranch adoece em meados de 1884 e deixa *O Século*, que passa a ter colaboradores provisórios, vinculados “ao estabelecimento gráfico de Alves Leite Sucessores”, onde também é impresso o jornal. Este arranjo dura menos de ano, com a chegada à mesma gráfica do concorrente *A Lente*, Werna suspende as edições, volta para as antigas oficinas e sob as condições do *Deutsche Zeitung*. O semanário “teria ainda vários anos de vida, mas apenas como folha literária, crítica e noticiosa, isto é, sem o gostoso, apreciado e indispensável complemento da charge” (Damasceno Ferreira, 1962, p. 123 – 125).

A quarta e mais acidentada etapa de *O Século* é em tipografia própria, uma rotativa Marinoni. As edições, muitas vezes interrompidas, encaminham o fim da publicação; a razão são os acontecimentos políticos – cresce a propaganda republicana

na Província – e a coleção de inimigos do “moço fidalgo”. De repente, as portas começam a se fechar: “anúncios negados, assinaturas devolvidas – falta de dinheiro. Vida dura. Na redação, poucos amigos. Na rua, gente rosnando” (Damasceno Ferreira, 1944, p. 32; Damasceno Ferreira, 1962, p. 127).

A par das reviravoltas formais – estéticas, gráficas e visuais – *O Século*, repellido pelas famílias, alcança êxito, podendo-se inferir que refletia a opinião de boa parte da sociedade gaúcha, dos leitores e seus círculos de influência. Também os seus conteúdos políticos e polêmicos podem ter corroborado com o sucesso; são muitas as contradições que envolvem o jornal de Werna: monarquista, alinhava-se aos republicanos no ataque ao clero, mas opunha-se a estes ao preservar o imperador Pedro II, pai da Princesa Isabel que viria a assinar a lei da abolição (Damasceno Ferreira, 1962, p. 119) e cuja visita a Porto Alegre, logo após a Campanha Abolicionista de 1884, foi comemorada pela publicação (Fig. 8).

Figuras 8: *O Século*, capa da edição Nº 194, 28 de setembro de 1884.



Fonte: Acervo Musecom.

Apesar da inimizade de políticos republicanos influentes, Werna segue como uma figura de referência no período posterior à República tanto como jornalista, como cidadão da sociedade que se reestruturava politicamente. Acontecimentos relativos à sua vida eram noticiados, por exemplo, pelo jornal *A Federação*, que se torna o principal veículo do início do período republicano. O falecimento de sua esposa Maria José de Werna (*A Federação*, 1890, nº 97) e de sua mãe Maria do Carmo de Werna e Bilstein (*A Federação*, 1892, nº 183), a venda de sua chácara no bairro Menino Deus (*A Federação*, 1893, nº 235) e de sua residência na rua General Portinho (*A Federação*, 1894, nº 93).

Com a eclosão da Revolução Federalista (1893-1895), a situação de Miguel de Werna torna-se insustentável em Porto Alegre. Sua partida para o Rio de Janeiro, em 29 de abril de 1894, é publicada na primeira página do periódico *A Federação* (Nº 99). A pequena nota está publicada em meio a um editorial de elogio à ação dos presidentes Júlio de Castilhos e Floriano Peixoto contra os monarquistas, uma carta de desabono a Gaspar Silveira Martins, entendido como seu líder, e ainda a tradução do editorial do *Deutsche Zeitung*, publicação dirigida por Karl von Koseritz, inimigo político de Werna desde sempre há décadas.

No entanto, Miguel de Werna e Bilstein e *O Século* permanecem no imaginário da cidade por algumas décadas. Sua filha Miguelina casa-se com o major da Guarda Nacional, João Damatta Coelho. Vereador no Império, na República ele preside a Junta Municipal, equivalente ao cargo de prefeito, entre os anos de 1891 e 1892. Nas muitas vezes que o nome do casal aparece na imprensa, é feita a referência

ao jornalista, caso da notícia da morte do major Damatta Coelho (A Federação, 1920, Nº 33), quase 25 anos depois da morte de Werna no Rio de Janeiro: “fora casado com a exma. sra. d. Miguelina Werna Coelho, filha do jornalista Miguel Werna”, o que aponta a relação de admiração e ódio ao jornalista aristocrata. No entanto, assim como *O Século*, com o aprofundamento do regime Republicano, Miguel Werna foi relegado ao esquecimento.

A propaganda abolicionista nas páginas do jornal *O Século*

Ao estudar a história do jornalismo gaúcho, Rüdiger (1998) credits aos progressos tecnológicos, introduzidos nas tipografias provinciais no século XIX, o surgimento de várias folhas ilustradas que fizeram da sátira social principal tema de publicidade. O pesquisador destaca *O Século* como a de maior longevidade e renome, principalmente pelo seu engajamento na causa abolicionista. O período inicial e áureo deste semanário, entre os anos 1880 e 1884, coincide com o recrudescimento da propaganda abolicionista nos jornais da Província do Rio Grande do Sul.

Sobre o engajamento da imprensa com a questão servil, o autor observa “ganhou autonomia dos partidos na esfera pública, forçando os jornais a agirem como partidos, de modo que não constitui exagero dizer que foram responsáveis em grande parte pela massa de alforrias verificadas em 1884”. A participação do jornal *O Século* na campanha advém da sua “(...) grande receptividade pública, promoveu e organizou a quermesse que libertou a escravaria da capital em 1884” (Rüdiger, 1998, p. 27 e 33). O prestígio da

publicação na causa abolicionista pode ser observado em um registro do jornal *A Federação* (1884, Nº 188) que noticia “Moveu-se a enorme multidão pela rua dos Andradas em direção ao 3º distrito, levando vivas à porta da casa do cidadão Miguel Werna”, quando da eliminação do escravismo no 3º distrito da Capital.

A consulta às edições do jornal *O Século* nos permite afirmar que desde os números iniciais, caso da já exibida edição de Nº 7 (Fig 3), o periódico propaga a causa abolicionista, campanha que prossegue nas capas das edições dos dois primeiros anos, seis delas reproduzidas a seguir (Fig. 9 a 14).

Figuras 9 e 10: *O Século*, capa da edição Nº 11, 23 de janeiro de 1881.
O Século, capa da edição Nº 12, 30 de janeiro de 1881.



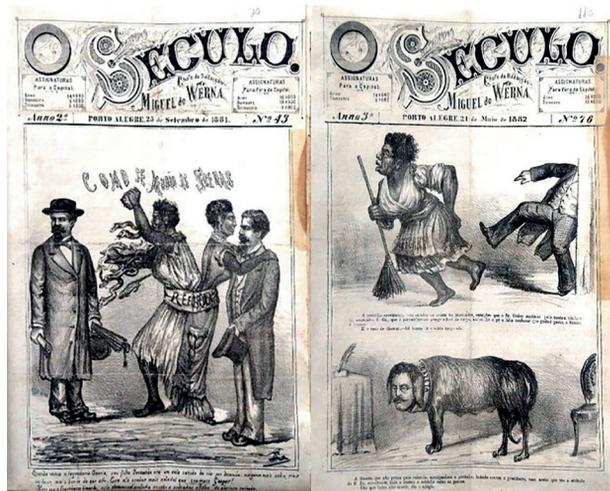
Fonte: Acervo Musecom.

Figuras 11 e 12: O Século, capa da edição Nº 13, 6 de fevereiro de 1881.
 O Século, capa da edição Nº 35, 31 de julho de 1881.



Fonte: Acervo Musecom.

Figuras 13 e 14: O Século, capa da edição Nº 43, 25 de setembro de 1881.
 O Século, capa da edição Nº 76, 21 de maio de 1882.



Fonte: Acervo Musecom.

A partir do número 128 surge a persona jornal *O Século* (Fig. 15), um negro vestindo casaca, roupa semelhante a dos nobres e monarcas do Império.

Figuras 15 e 16: *O Século*, capa da edição Nº 128, 12 de junho de 1883.
O Século, capa da edição Nº 129, 17 de junho de 1883.

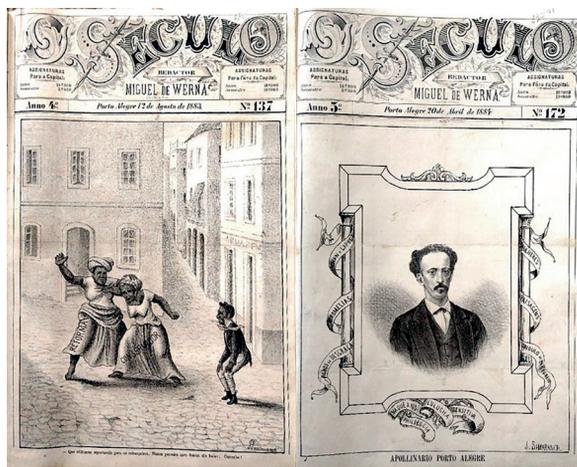


Fonte: Acervo Musecom.

O personagem apresenta a diretoria da sociedade abolicionista Parthenon Literário, cujo vice-presidente é o editor de *O Século* (Fig. 16), e também é quem assiste e comenta a disputa entre conservadores e reformistas na capa de uma outra edição (Fig. 17).

O Século segue propagando a causa abolicionista e destacando os que por ela trabalham na Capital da Província (Fig. 18).

Figuras 17 e 18: *O Século*, capa da edição Nº 137, 12 de agosto de 1883.
O Século, capa da edição Nº 172, 20 de abril de 1884.



Fonte: Acervo Musecom.

A edição seguinte saúda a abolição pioneira no estado do Ceará, em 25 de março de 1884, homenageando na capa (Fig. 19) um líder jangadeiro.

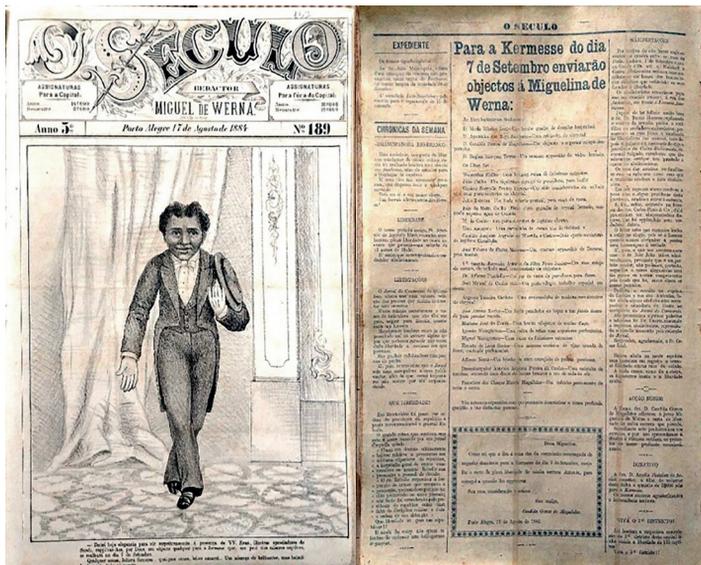
Figura 19: *O Século*, capa da edição Nº 173, 20 de abril de 1884.



Fonte: Acervo Musecom.

Para a quermesse que se realiza na Capital da Província do Rio Grande do Sul, nos dias 7 e 8 de setembro de 1884, o repórter jornal *O Século* entra novamente em ação (Fig. 20) tirando o chapéu para clamar aos leitores por doações. A parte central do impresso (Fig. 21) traz a lista com nomes e os respectivos objetos já ofertados.

Figuras 20 e 21: *O Século*, capa da edição Nº 189, 17 de agosto de 1884.
O Século, página 2 da edição Nº 189, 17 de agosto de 1884.



Fonte: Acervo Musecom.

Na capa da edição seguinte (Fig. 22) a representação de Porto Alegre liberta das suas correntes e o estímulo no texto-legenda para os cidadãos-leitores prosseguirem a missão humanitária.

Figura 22: *O Século*, capa da edição Nº 190, 24 de agosto de 1884.



Fonte: Acervo Musecom.

No dia 7 de setembro de 1884, considerado por alguns autores como a data da “libertação” dos escravizados em Porto Alegre, sai a edição Nº 192 do jornal *O Século* com ilustrações na capa, miolo e contracapa. Na página 1, o abolicionista Joaquim Pedro Salgado, ligado ao Parthenon Literário e presidente do Centro Abolicionista de Porto Alegre. A liberdade é representada na contracapa desse mesmo exemplar com a imagem (Fig. 23) descrita por Zubaran (2009, p. 8):

uma figura feminina, branca, vestida à romana, de sandálias, na cabeça o barrete frígio vermelho, símbolo republicano, na mão esquerda a bandeira do Rio Grande do Sul e no fundo, o sol raiando no horizonte na data da independência corroborava a imagem de uma abolição rio-grandense patriótica. No chão jaziam os grilhões partidos, símbolos da abolição da escravidão.

A historiadora refere José Murilo de Carvalho para quem “até o final do século, jornais e revistas não se afastaram desse modelo estabelecido pela Revista Ilustrada” para representar a liberdade (Zubaran, 2009, p. 8).

Figura 23: *O Século*, contracapa da edição Nº 192, 7 de setembro de 1884.



Fonte: Acervo Musecom.

Mesmo após o término da jornada e da quermesse abolicionistas, *O Século* segue dando publicidade aos atos e personagens pró-emancipação. E defendendo a continuidade da monarquia (Fig. 24 e 25).

Na contracapa da mesma edição Nº 217 (Fig. 26) a disputa pelo poder entre a liberdade e os escravagistas.

Figuras 24 e 25: O Século, capa da edição Nº 202, 23 de novembro de 1884.
O Século, capa da edição Nº 217, 15 de março de 1885.



Fonte: Acervo Musecom.

Figura 26: O Século, contracapa da edição Nº 217, 15 de março de 1885.



Fonte: Acervo Musecom.

As estratégias do jornal *O Século*

Do conjunto de imagens e textos apresentados é possível apontar que *O Século* atuou pró-campanha abolicionista com duas estratégias através das suas imagens, e com outras duas a partir de formatos escritos. Nas imagens de capa, o semanário realiza homenagens a abolicionistas de perfil conservador. Internamente, as imagens apresentam denúncias de situações cotidianas, instituições e o povo, ou atacam opositores. Nos textos, o periódico critica a posição dos partidos e das elites da cidade sobre o processo de abolição. Outro recurso é a publicação de notas, cartas e artigos sobre a campanha, e convites relacionados a atividades e eventos abolicionistas.

Assim como a historiografia republicana construiu um panteão de heróis da causa abolicionista – muitos tornados nome de rua na Capital do estado – as capas do jornal *O Século* apresentam um conjunto de personagens que atuaram pró-abolição principalmente os de perfil monarquistas, caso de Joaquim Nabuco (1881, Nº 11), Castro Alves (1881, Nº 32), José de Alencar (1881, Nº 36) e, também, a princesa Isabel (1884, Nº 194) quando anuncia a sua visita à Capital logo depois do processo abolicionista. Para o dia 7 de setembro de 1884, que marca oficialmente a Abolição em Porto Alegre, é reservada a capa ao coronel Joaquim Pedro Salgado (1884, Nº 192).

No conjunto de homenagens aparece Quintino Bocaiúva (1883, Nº 143) um notório abolicionista e importante líder republicano. *O Século* parece destacar apenas o processo da abolição sem creditar suas outras iniciativas políticas. A visita do casal de príncipes ao Rio Grande do Sul, durante

janeiro de 1885, é acompanhada com entusiasmo pela publicação durante as edições de janeiro, retomando a perspectiva monarquista com mais força. Em 14 de dezembro de 1884 (Nº 205), a capa é dedicada à defesa. Seis figuras tentam arrancar as raízes da monarquia, entre elas o jornal *A Federação*.

O periódico de Miguel de Werna dedica grande parte da sua produção informativa a notas e artigos sobre anúncios e convites para eventos. A criação de entidades abolicionistas ganha destaque nas suas páginas, caso da edição do dia 23 de setembro de 1883, quando o editor saúda “É com íntima satisfação que noticiamos ao público a criação da sociedade libertadora Sul-riograndense na capital do Imperio.” (Nº 143). Também as ações em prol da liberdade de entidades tradicionais: “A comissão nomeada pela loja maçônica Luz e Ordem que funciona nesta capital, para promover a libertação de escravos no dia 24 de junho próximo vindouro” (1884, Nº 177).

Além de informar, o periódico publica as chamadas para os atos dos abolicionistas da capital, como o importante evento de criação do Centro Abolicionista em setembro de 1883 (Nº 143). Da mesma forma dedica bastante espaço à organização da quermesse, prevista para ocorrer no dia 7 de setembro de 1884, desde o lançamento da proposta quase um mês antes. Seguindo a nota, “O Centro Abolicionista, do qual é presidente o sr. coronel Joaquim Pedro Salgado, resolveu promover uma kermesse abolicionista, que se realizará na praça do palacio no próximo dia 7 de setembro.” (1884, Nº 188). Os atos oficiais também estão noticiados como a medida definida pela Câmara de Vereadores em função das

festividades abolicionistas. O principal registro é a oficialização da Libertação pela Câmara de Vereadores que “Para comemorar o grande acontecimento abolicionista que festejamos hoje, resolveu a câmara municipal dar ao Campo do Bomfim o nome de Campo da Redenção” (1884, Nº 192).

Desta forma, observam-se estratégias informativas que buscavam fortalecer as instituições envolvidas nos processos, sem com isso destacar os indivíduos. Estes aparecem principalmente de forma jocosa, como nas eleições em dezembro daquele mesmo ano de 1884, quando o jornal noticia que “O nosso colega Koseritz é talvez o homem mais popular de Porto Alegre. E a prova tivemos-na na eleição do dia 3 do corrente. O eminente publicista teve dois votos”. Depreende-se com isso que os informes sobre o processo abolicionista, de maneira geral, têm como finalidade exaltar as diferentes iniciativas ou convocar para atividades, postura contrária às notas políticas e de cotidiano que em sua maioria ironizam ou provocam os envolvidos, reforçando a definição satírica conferida à publicação.

O debate sobre o processo escravista também aparece em colunas e artigos, ou seja, em formatos do gênero opinativo. A principal coluna é “A voz do Escravo”, definida por Werna como “órgão protetor dos infelizes que vivem no cativeiro” (1881, Nº 21), e presente em várias edições (Fig. 21) desde o surgimento do jornal, em 1880, até a abolição antecipada em 1884. Nessas colunas são apresentadas, principalmente, denúncias de violências cometidas por escravistas. O jornal também se posiciona editorialmente em relação à atuação dos partidos no processo abolicionista

Dous partidos se levantaram – o liberal e o conservador, disputando cada um a posse da bandeira da liberdade, porem ambos iguaes em idole, ambos tendo por guia o mesmo norte, isto é, a ambição, e na satisfação de seus vis interessesde tudo cogitam, menos a liberdade. (...) Nada disso enxergão os partidos políticos do Brazil. Mergulhados numa política tacanha, tendo por divisa unicamente os seus interesses, eles querem a todo transe a escravidão (...) Incapazes do trabalho, incapazes de tudo julgão que no dia em que terminar a escravidão no brazil, terminará também sua gloria, o seu bem estar! (*O Século*, 1881, Nº 12).

A imprensa, igualmente, é alvo de críticas no jornal de Miguel de Werna, apesar da crítica mais dura ser em relação aos liberais, os conservadores do jornal *A Reforma* não escapam do crivo de *O Século* para quem

o divertidissimo conservador entende que o seu amigo de Bagé, o sr. Gaspar Lemos Bittencourt, praticou uma ação nobilissima e digna de figurar em letras garrafaes no frontispicio da nossa historia, alforriando *por dinheiro* uma sua escrava¹⁴ (*O Século*, 1884, Nº185).

As personas criadas para informar ou acompanhar os acontecimentos são uma outra estratégia de atentar para o debate abolicionista. No entanto, ao mesmo tempo em que defendem a libertação e o acesso à cidadania dos escravizados, transparecem nessas figuras o imaginário do período. As personagens institucionais são geralmente mulheres caucasianas, seja a representação de *Porto Alegre*, que sempre aparece com a coroa que representa a fortaleza da

14. Destaque do jornal.

cidade, ou a *Liberdade* que mesmo referindo-se aos negros, está sempre em contexto que lhes remete a entidades abolicionistas de brancos, como o Centro Abolicionista.

A imagem de Porto Alegre, no entanto, tem uma exceção, na edição do dia 24 de agosto de 1884 (Nº 190), a figura da cidade é representada com traços – boca e nariz – mais negroides. A figura tem correntes arreventadas em sua mão e em torno da coroa aparece uma estrela e uma aureola. A legenda refere que “A Leal e Valorosa Porto Alegre prossegue em sua humanitaria e santa missão. Um hurrah a Porto Alegre! Viva a Liberdade!”

A personagem negra que aparece desde 1883 possui uma função complexa: anuncia-se como repórter (1883, Nº 151), representa a perspectiva do próprio jornal (1884, Nº 189), mas também quer ser a voz do povo, partindo da lógica de que o jornal refletiria a opinião pública (1884, Nº 188). É o imaginário de Werna sobre a população da cidade, que apesar de ser considerada pelos visitantes como a “cidade dos alemães”, para o editor de *O Século* o povo, em geral, é considerado como negro.

Considerações finais

O conteúdo do jornal *O século* apresenta permanências e algumas diferenças em relação à historiografia produzida pelos republicanos sobre a abolição em Porto Alegre. Por um lado, os textos mantêm o silenciamento das entidades e iniciativas promovidas por negros escravizados e libertos em prol da causa. Por outro, denunciam articulações dos partidos Liberal e Federalista, principalmente, em construir um modelo de abolição que não produzisse uma quebra nos privilégios das elites escravistas, seja através de recompensa pecuniária, ou principalmente pela manutenção dos trabalhadores através de contratos de ressarcimento.

Para isso, editorialmente, foram utilizados quatro formatos durante todos os anos da campanha abolicionista. As imagens de capa homenageiam abolicionistas, mas ao mesmo tempo buscam reforçar a linha editorial do jornal que alia abolicionismo com monarquia. A iconografia construída atende a esse propósito.

Essa relação entre monarquistas e abolicionistas não constitui exatamente uma contradição, mas sim uma incoerência, ou seja, a defesa de um regime imperial que mantinha na prática o escravismo. Mesmo a referida simpatia do Imperador e da Princesa ao movimento escravista, esses governantes defendiam uma transição que não afetasse a estabilidade social e da nação. Com isso, os interesses políticos e econômicos reais estavam colocados acima da questão humanitária, defendida por muitos abolicionistas monarquistas.

As outras imagens são caricaturas ou registro situações cotidianas, que se propõem à crítica ao escravismo, à política

e às elites da cidade. Imagens que estampam as ações de liberais e republicanos a favor da campanha abolicionista, mas também apontam as incoerências destes em relação aos princípios abolicionistas. Como exemplo, Karl von Koseritz, um liberal frequentemente atacado, pois mantinha escravos, mesmo atuando em entidades com princípios abolicionistas como o Parthenon Literário. Questões como essas são apontadas em muitas das edições do jornal.

Dois outros formatos prioritários são textuais, ou seja, um conjunto de textos em forma de notas, colunas e artigos com função informativa e objetivo de manter as pessoas atualizadas sobre os acontecimentos relativos ao processo de libertação, enquanto outros exaltam algumas iniciativas dos abolicionistas. Os demais textos, de caráter opinativo, são críticos aos partidos, clero e integrantes das elites. Com exceção dos partidos políticos, cuja presença é permanente nesses textos, muitas das críticas são contra indivíduos – o que criou animosidades e inimizades em relação a Miguel de Werna.

A controversa personalidade do editor, espelhada nos textos e imagens das edições de *O Século*, pode ter contribuído para a sua desqualificação como sujeito ativo na história da campanha abolicionista. Entretanto, um olhar mais atento mostra que a elite política e intelectual mantinha uma relação dúbia com o jornalista. Por sua origem nobre, ele ocupa um lugar diferenciado em relação aos outros descendentes germânicos cujas famílias haviam enriquecido com o trabalho na colônia. Essa relação, assim como os recorrentes ataques aos liberais e aos republicanos, produzem uma permanente tensão entre

admiração, temor e ódio a Werna. A figura de urso a ele atribuída é reveladora nesse sentido.

A atuação marcante de Miguel de Werna na imprensa e na política explicam a sua permanência no imaginário da cidade até as primeiras décadas do século passado. Tanto na campanha abolicionista – sendo homenageado pela Câmara, pelo Clube Abolicionista e pela população – como em entidades literárias e intelectuais, indicando que o seu esquecimento na história tem relação com a postura de monarquista extremado. Na substituição de regime, marcada ainda pelo conflito armado no Rio Grande do Sul, a Revolução Federalista, tudo o que remete ao Império deve ser superado e, desta maneira, Werna é também deixado no tempo.

A abolição pelo registro da imprensa, aqui estudada no jornal *O Século*, é construída pelas elites políticas regionais em Porto Alegre, durante a “libertação dos escravos” no dia 7 de setembro de 1884, quase quatro anos antes da abolição nacional e na mesma data da independência do Brasil. Os festejos e os registros mostram uma monumentalização da abolição, pois sabe-se que existiram escravizados na cidade até 1888, além dos contratos de cinco e sete anos de prestação de serviço em troca da liberdade. Com isso, muitos abolidos em 1884 mantiveram as antigas relações por contrato mesmo depois da abolição legal.

A elite preocupa-se, igualmente, em afirmar a primazia da Capital da Província do Rio Grande do Sul em defesa da liberdade dos escravizados, refletindo a índole do povo gaúcho. Mas esta é uma construção posterior, pois historicamente Ceará e Amazonas realizam a abolição antes, são os estados que desencadeiam o processo em nível nacional

e reforçam as narrativas que destacam os líderes republicanos. Zubaran (2009, p. 3), citando David Blight, define o estudo da memória social como a “disputa cultural de verdade contestadas ou de textos que apresentam versões antagônicas do passado, que são postas a serviço do presente”. A autora entende que a narrativa dominante sobre a abolição em Porto Alegre se trata de um “produto seletivo do imaginário social das elites brancas e que exerceu um impacto considerável na historiografia tradicional sobre a abolição no Rio Grande do Sul” (Zubaran, 2009, p. 5).

A ideia de uma invenção branca produz o apagamento dos negros como sujeitos históricos. Ficam relegadas ao silenciamento as ações realizadas pelos escravizados de maneira individual, organizada e mesmo através de fugas e violência, o que faz com que muitos defendam a abolição por questões de segurança. Fato esse que é possível observar na imprensa do período, incluindo o jornal *O Século*. Ao mesmo tempo, fica externo ao processo todo o discurso eugênico do período que leva ao afastamento e à marginalização da população negra.

Com isso, o escravismo, mesmo abolido juridicamente no século XIX, deixa sequelas que ainda repercutem sobre a sociedade. Para reparar a dívida estrutural e histórica que o Brasil tem com parte tão representativa da sua população – importa lembrar que os negros constituem cerca de 56% do atual contingente populacional brasileiro – é necessária uma maior amplitude nas políticas públicas. Um bom começo e exemplos são às ligadas à educação e ao trabalho, com cotas para acesso às universidades e aos serviços públicos.

Referências

- ARENDDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio; WEIMER, Günter. A imigração alemã no Rio Grande do Sul. In: BOLLE, Will; KUPFER, Eckhard E. *Cinco séculos de relações brasileiras e alemãs*. São Paulo: Editora Brasileira Arte e Cultura, 2013. Disponível em <http://brasil-alemanha.com/br/index.php>. Acesso em fev.2020.
- ATLAS. *Atlas Econômico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Procergs, 2019. Disponível em <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/demografia-1872-a-1980> Acesso em abr.2020.
- BAKOS, Margaret Marchiori. *Rio Grande do Sul: escravidão e abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: 70, 1977.
- CARNEIRO, José Fernando. *Karl von Koseritz*. Porto Alegre: Secretaria da Educação e cultura, 1959.
- CHAVES, Ricardo. Os primórdios da charge na Província Gaúcha. Zero Hora. Disponível em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/almanaque/noticia/2017/08/os-primordios-da-charge-na-provincia-gaucha-9874017.html>. Acesso em mar.2020.
- DAMASCENO FERREIRA, Athos. *Imprensa Caricata do Rio Grande do Sul no Século XIX*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1962.
- DAMASCENO FERREIRA, Athos. *Jornais Críticos e Humorísticos de Porto Alegre no Século XIX*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1944.
- DICIO (2009-2020). *Dicionário Online da Língua Portuguesa*. Disponível em <https://www.dicio.com.br/veador/>. Acesso em mar.2020.
- DIHL, Tuane L. (Des) construindo uma memória: a campanha

- aboliconista nas páginas do jornal A Federação. *Revista Hydra*, vol. 1, n. 2, agosto de 2016, p. 170 a 185.
- DILLENBURG, Sérgio R. *Quatro publicações marcantes no Jornalismo Rio-Grandense*. Nova Petrópolis/ RS: Editora Amstad, [s.d.].
- DUARTE (2001). *Descendentes de João Batista do Canto*. Disponível em <http://famihamiguelduarte.blogspot.com/2011/01/descendentes-de-joao-baptista-do-canto.html> Acesso em fev.2020.
- ECO, Humberto. *Cinco Escritos Morais*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FLORES, Hilda Agnes Hübner. Alemão, vida associativa. In: FLORES, Hilda Agnes Hübner (Org.). *Porto Alegre: história e cultura*. Porto Alegre: Martins Livreiro: 1987.
- FLORES, Moacyr. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Nova: Dimensão, 1996.
- FONSECA, Joaquim. *Caricatura: a imagem gráfica do humor*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.
- GARCIA, Letícia. 2016. *O Parthenon Literário*. *Jornal do Mercado*. Disponível em <https://jornaldomercado.com.br/o-Parthenon-literario/> Acesso em mar.20.
- HARING, Carlos Guilherme. *Almanak da Corte e Província do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editores Eduardo e Henrique Laemmert, 1864.
- HOHLFELDT, Antonio; RAUSCH, Fábio. A imprensa sul-rio-grandense entre 1870 e 1937: Discussão sobre critérios para uma periodização. In: XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Intercom, 2006, Distrito Federal. *Anais...* [...] São Paulo: Intercom, 2006. Disponível em: <http://goo.gl/SHZb65>>. Acesso em jan. 2020.
- HOMEM, Joaquim S. T., *Apontamentos para a História do Movimento Aboliconista na Província do Rio Grande do Sul*. Porto

- Alegre: Typ.da Reforma, 1888.
- HUDEC, Vladimir. *O que é Jornalismo*. Lisboa: Caminho, 1980.
- LEI. Lei nº 3145, de 18 de junho de 1968. *Legislação Municipal de Porto Alegre*. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/p/porto-alegre/lei-ordinaria/1968/314/3145/lei-ordinaria-n-3145-1968-oficializa-a-homenagem-ao-1-centenario-de-fundacao-da-sociedade-Parthenon-literario> Acesso em fev.20
- MARCONDES FILHO, Ciro. *Comunicação e Jornalismo*. A saga dos cães perdidos. São Paulo: Haecker, 2000.
- MASSON, Camilo de Lellis. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Bahia para o ano de 1860*. Salvador: Thypografia de Camilo de Lellis Masson& C, 1860. Disponível em http://memoria.bn.br/pdf/706825/per706825_1860_00002.pdf. Acesso em jan.20
- MEDINA, Cremilda. *Notícia, um Produto à venda: Jornalismo na sociedade urbana e industrial*. São Paulo: Summus, 1988.
- MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre, urbanização e modernidade – a construção social do espaço urbano*. Porto Alegre: Edipucrs, 1995.
- MONTI, Verônica A. Martini. *O abolicionismo: sua hora decisiva no Rio Grande do Sul – 1884*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os cativos e os Homens de Bem: experiências negras no espaço urbano*. Porto Alegre: EST Edições, 2003.
- MOREIRA, Paulo Staudt. O Aurélio era preto: trabalho, associativismo e capital relacional na trajetória de um homem pardo no Brasil Imperial e Republicano. *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. 40, n. 1, p. 85-127, jan.-jun. 2014.
- NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. São Paulo: Publifolha, 2000.

- NOAL FILHO, Valter Antonio; FRANCO, Sérgio da Costa. *Os viajantes olham Porto Alegre:1754-1890*. Santa Maria: Anatterra, 2004.
- OLIVEIRA, Ryan de Souza. *Colonização Alemã e Poder*. A cidadania brasileira em construção, Rio Grande do Sul 1863-1889. Dissertação de mestrado. Programa de pós-Graduação em História. Universidade de Brasília, 2008.
- PEOPLEPILL. Biografia de Miguel de Castro Canto e Mello de WernaBilstein. Disponível em <https://peoplepill.com/people/miguel-de-castro-canto-e-melo-de-werna-e-bilstein/>. Acesso em jan. 2020.
- PESSI, Bruno S.; SILVA, Graziela Souza e. *Documentos da escravidão: processos crime: o escravo como vítima ou réu*. Rio Grande do Sul. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010.
- PORTO-ALEGRE, Achylles. *Homens Ilustres do Rio Grande do Sul*. Livraria Selbach, Porto Alegre, 1917. Disponível em <http://arrow.latrobe.edu.au/store/3/4/4/0/9/public/B17581473CompleteBook.pdf> Acesso em fev.2020
- QUINTERO, Alejandro Pizarroso. *História de la Propaganda*. Madrid: EUDEMA, 1993.
- RAMOS, Gislaine Borba. *A campanha abolicionista em Porto Alegre: considerações a partir do jornal A Reforma (1870-1888)*. Disponível em <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos.6/gislaineramos.pdf>Acesso jul. 2019.
- _____. “*Anda que ninguém te valerá*”: violência contra escravos nas páginas do jornal A Reforma (Porto Alegre, 1870-1888). UFRGS: Trabalho de Conclusão de curso em Bacharelado

- em História, 2010. Disponível em:<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/30470>. Acesso jul. 2019.
- _____. “*É a causa dos oprimidos a que abraçamos*”: considerações sobre escravidão e liberdade nas páginas do jornal *A Reforma* (Porto Alegre / 1870-1888). UFRGS: Dissertação de Mestrado PPGHIST, 2014. Acesso jul. 2019.
- RÚDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.
- SILVA, Jandira; CLEMENTE, Elvo; BARBOSA, Eni. *Breve histórico da imprensa sul-rio-grandense*. Porto Alegre: Corag, 1986.
- SODRÉ, Néelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- SPERB, Paula. 2018. Antes da abolição, intelectuais faziam vaquinha para libertar escravos. *BBC News Brasil*. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45559374>. Acesso em fev.2020.
- THOMPSON, John B. *A Mídia e a Modernidade: Uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- WEIMER, Günter. *Arquitetos e construtores Rio-Grandenses na Colônia e no Império*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2006, 214 pp.
- ZUBARAN, Maria Angélica. A invenção branca da liberdade negra: memória social da abolição em Porto Alegre. *Revista de História e Estudos Culturais Fênix*. Ano 6, n.3, 2009. Disponível em <http://www.revistafenix.pro.br/PDF20/ARTIGO>. Acesso jul. 2019

Fontes primárias impressas

A FEDERAÇÃO – Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação
Biblioteca Nacional

O SÉCULO – *Museu da Comunicação Hipólito José da Costa*
LIVRO DE OURO DO CENTRO ABOLICIONISTA (7/9/1884) –
Arquivo Histórico de Porto Alegre